



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- [O FUTURO DAS CIDADES – O Popular](#)
- [ESTRATÉGIA E SUCESSO EMPRESARIAL – O Popular](#)
- [MAIS UM ANO MAIS QUENTE JÁ REGISTRADO – Folha de São Paulo](#)
- [CÉREBRO PODRE, POLARIZAÇÃO E ANSIEDADE - Folha de São Paulo](#)
- [DESIGUALDADE NUTRICIONAL IMPÕE BARREIRAS À MOBILIDADE SOCIAL - Folha de São Paulo](#)
- [LULA EVOLUI BEM APÓS CIRURGIA; MÉDICOS DESCARTAM LESÃO NO CÉREBRO E PREVEEM ALTA EM 1 SEMANA - Folha de São Paulo](#)
- [GOVERNO PUBLICA PORTARIA SOBRE EMENDAS PARA ATENDER CONGRESSO APÓS DECISÃO DO STF - Folha de São Paulo](#)
- [52% APROVAM TRABALHO DE LULA E 47% REPROVAM, DIZ QUAEST – Correio Braziliense](#)
- [GOVERNO E CAIADO NÃO SE ENTENDEM SOBRE PEC DA SEGURANÇA - Correio Braziliense](#)
- [VISÃO DO CORREIO: PAUTA APERTADA E JOGO DE EMPURRA - Correio Braziliense](#)
- [TJSP AFASTA CONDENAÇÃO BILIONÁRIA CONTRA A NOVONOR – Valor Econômico](#)
- [SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS SÃO CAMINHO PARA INIBIR A LITIGÂNCIA PREDATÓRIA – Valor Econômico](#)
- [MANUTENÇÃO DA DISPENSA IMOTIVADA NO BRASIL – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 11.12.2024 – PÁG. 3

O futuro das cidades

Rafael Brandão

O conceito da cidade de 15 minutos não é exatamente novo. Criado pelo cientista colombiano Carlos Moreno há quase 10 anos, o conceito foi difundido com mais força pela prefeita de Paris, Anne Hidalgo, há quatro anos, durante a campanha pela sua reeleição. Mas, do ano passado para cá, o termo passou a ser abordado com mais frequência no Brasil.

A ideia é que todas as necessidades básicas do cidadão (educação, trabalho, comércio, lazer e saúde) estejam a 15 minutos a pé ou de bicicleta da sua moradia, diminuindo o deslocamento. Trata-se de uma tentativa de solucionar problemas que atingem muitas pessoas atualmente, como trânsito congestionado, poluição, questões de saúde mental pelo estresse no transporte e falta de tempo de qualidade em família.



Por isso, quando a cidade de 15 minutos é colocada em prática, os benefícios se mostram transformadores tanto para os moradores, que veem uma melhora significativa na qualidade de vida, quanto para os municípios, que ganham em mobilidade, sustentabilidade e economia. A grande questão são os desafios para a sua implementação.

É por esse motivo que a palavra-chave para que dê certo é integração, ou seja, tudo aquilo que for planejado para o bairro que pretende adotar o conceito precisa estar muito bem alinhado. A infraestrutura urbanística, de lazer e comercial tem que ser pensada em conjunto e de forma complementar. Além disso, é importante atrair pequenos comércios e ter uma malha viária que leve em consideração pedestres e ciclistas.

Também é essencial investir em tecnologia e sustentabilidade, como iluminação em LED, e em abundância de áreas verdes, com espaços preparados para lazer e convivência. Municípios com até 100 mil habitantes ainda têm condições de crescer ordenadamente e evitar problemas experimentados em grandes centros.

Mas, cidades maiores devem repensar suas formas de expansão urgentemente e isso demanda um estudo de viabilidade detalhado para a implementação da cidade de 15 minutos. Este precisa ser o futuro das grandes cidades.

No entanto, é uma atitude inteligente que esse conceito já seja adotado em locais não tão grandes, porém que estão em franco crescimento, como uma forma de antecipar a solução do problema. Um exemplo disso é observado em Catalão, que tem 114 mil habitantes e está em expansão numérica e territorial. Assim, já começam a ser verificados os primeiros problemas de mobilidade.

Levando em conta esse crescimento, o novo bairro de Catalão, chamado Reserva Catalunha, já foi planejado para levar a inovação da cidade de 15 minutos. Outras iniciativas do projeto do bairro, como investimento

privado em espaços de lazer públicos e padronização de calçadas, são exemplos do que pode ser somado ao conceito para qualidade de vida.

Esse tipo de iniciativa é importante porque, apesar de representar um excelente padrão de planejamento, a cidade de 15 minutos não resolve sozinha todos os problemas de um município.

Estratégia e sucesso empresarial

Ronaldo Guedes



O planejamento estratégico é o alicerce para empresas que desejam crescer de forma sustentável e adaptável. A Pesquisa GO Controllers 2024, realizada pela Lure Consultoria com empresas goianas, revelou dados preocupantes: 60% das empresas não possuem ou estão apenas iniciando seus ciclos de planejamento estratégico.

Esse número demonstra uma lacuna que compromete o futuro das organizações. Sem uma estratégia bem estruturada, muitas empresas carecem de diretrizes claras para sua missão, visão e valores, o que afeta a definição de metas de curto e longo prazo e dificulta a sobrevivência em um mercado competitivo. A ausência de planejamento significa maior exposição a riscos e menor capacidade de aproveitar oportunidades para prosperar.

Outro dado relevante é que menos de 10% das empresas possuem processos maduros de governança da estratégia, essencial para transformar planos em resultados concretos. Sem governança consistente, a execução se torna falha, um problema global, já que até 90% das empresas no mundo enfrentam dificuldades na implementação de estratégias. Essa realidade reforça a necessidade de processos que alinhem equipes, monitorem metas e ajustem ações continuamente para garantir a competitividade.

Além disso, a pesquisa revelou que aspectos financeiros e comerciais ainda dominam o planejamento estratégico, enquanto temas como ESG, inovação, tecnologia e gestão de pessoas são pouco explorados. Focar apenas em resultados imediatos pode comprometer a sustentabilidade de longo prazo. Uma estratégia abrangente requer visão sistêmica, considerando todas as áreas do negócio para garantir resultados equilibrados e duradouros.

Investir em gestão estratégica traz benefícios práticos evidentes. Empresas com boas práticas ganham clareza sobre objetivos, engajam equipes, alinham ações e se tornam mais adaptáveis às mudanças de mercado. Ferramentas como sistemas de Business Intelligence (BI) substituem métodos ultrapassados, como o uso predominante de Excel, tornando as análises mais dinâmicas e eficientes.

Além disso, organizações com governança madura alcançam maior longevidade e estabilidade. Planejar, desdobrar, executar e monitorar são passos fundamentais para obter crescimento sólido e sustentado. A

execução de estratégias não é uma etapa isolada, mas um processo contínuo que garante resultados consistentes e alinhados aos objetivos traçados.

Em Goiás, embora o cenário seja desafiador, ele também apresenta grandes oportunidades. Reconhecer a importância do planejamento estratégico é um primeiro passo crucial, mas apenas a prática contínua e a governança estruturada podem transformar esse conhecimento em resultados concretos e sustentáveis. A pesquisa cumpre um papel essencial ao trazer à tona essas questões, promovendo a conscientização e incentivando a adoção de práticas que fortaleçam as empresas goianas, contribuindo para sua perenidade.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2024 – PÁG. A2

Mais um ano mais quente já registrado

2024 supera recorde de altas temperaturas de 2023; governos precisam ser mais firmes na redução das emissões de carbono

O ano de 2024 será o mais quente desde o período pré-industrial (1850-1900), quebrando assim o recorde nefasto anterior, de 2023 .

Segundo o observatório europeu Copernicus, a média das temperaturas globais de janeiro a novembro foi a maior já registrada nesse período —0,72°C acima da média de 1991 a 2020 e 0,14°C a mais em comparação com a do mesmo intervalo de 2023.

O planeta, mais uma vez, envia sinais de que a humanidade não age com a urgência necessária para arrefecer o aquecimento global, responsável pelos eventos extremos que nos assolam.

Considerando os últimos 17 meses, novembro foi o 16º em que a temperatura média superou em 1,5°C ou mais o nível pré-industrial, com 14,10°C —alta de 1,62°C.

Esse indicador é alarmante, dado que o Acordo de Paris (2015) estabeleceu que se deve manter a alta da temperatura global em até 1,5°C. Tal limite só será de fato ultrapassado, contudo, se for observado por vários anos. Mesmo assim, aponta para fragilidades no combate ao efeito estufa pela comunidade internacional.

A COP28, realizada nos Emirados Árabes em 2023, sofreu com forte pressão do lobby das empresas de petróleo e gerou um documento final dúbio, ao indicar que seria suficiente reduzir emissões de carbono por combustíveis fósseis sem abandonar por completo essas matrizes.

Já o acordo firmado em novembro no Arzerbaijão, na COP29, destinou US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para financiamento climático dos países em desenvolvimento pelas nações mais ricas. Tendo em vista que o valor



almejado era de US\$ 1,3 trilhão, o resultado foi considerado pífio.

A análise do Copernicus mostra ainda anomalias climáticas em todo o globo, com chuvas e estiagens fora da curva.

Com dimensões continentais, o Brasil teve seca inaudita, que produziu incêndios na amazônia, no pantanal e em São Paulo, e precipitações que causaram enchentes trágicas no Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial, a concentração de CO₂ na atmosfera atingiu média global de 420 partes por milhão (ppm) em 2023 —alta de 2,3 ppm em relação ao ano anterior e novo recorde histórico. Ademais, foi o 12º ano consecutivo em que esse indicador cresceu acima de 2 ppm.

Sem ação firme e rápida da governança mundial para reduzir emissões, anos mais quentes virão e, com eles, secas e chuvas a castigar populações, principalmente as mais pobres.]

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –11.12.2024 – PÁG. A3

Cérebro podre, polarização e ansiedade

No ambiente contaminado de algoritmos e redes sociais, 'palavras do ano' conversam entre si

Mariliz Pereira Jorge



Ao chegar em casa depois de um jantar com amigos, percebi que meu marido já dormia no quarto. Para não incomodá-lo com a luz do celular, me esparramei no sofá e, sem pensar, entrei no Instagram. Só tirei os olhos da tela ao perceber que o dia amanhecia. Mais de três horas entre fotos desimportantes e memes. Um mais irrelevante do que o outro, um mais idiotizante do que o próximo.

Fui para a cama com uma baita ressaca moral e agora vi a sensação descrita em umas das palavras do ano, eleita pelo dicionário Oxford: "brain rot" ou "cérebro apodrecido". A expressão se refere à deterioração mental causada pelo consumo excessivo de conteúdo inútil, em geral nas redes sociais, ou de programas de baixa qualidade. É alerta para eu deixar de ser besta, mas também para onde caminha a humanidade.

Ilustração mostra pessoa ao centro e em close. Ela segura um celular, de onde sai um canudo se conectando ao cérebro dela, que está exposto. O cérebro está pequeno, deformado, com algumas moscas e larvas. A pessoa olha vidrada para o celular e se vê refletido nos seus óculos a tela do celular, dividida em duas, em uma, tem uma pessoa dançando, na debaixo, o escritor Henry David Thoreau. Escorrem partes do cérebro do seu nariz e ouvido.

Empresas especializadas em educação e linguística têm prestado valioso serviço ao rastrear as transformações pelas quais a língua passa ao refletir como a sociedade se comporta e se comunica. Na última década, vimos a adoção de termos como "fake news" (2017), impulsionado por Donald Trump, e "lockdown", que apareceu e desapareceu no mesmo ano em que "cancelamento" teve a sua coroação e nunca mais perdeu o reinado. É interessante ver como os destaques de 2024 conversam entre si. "Brain rot", "polarização" (Merriam-Webster) e "ansiedade" (Instituto de Pesquisa Ideia) fazem parte do Zeitgeist digital, marcado pela hiperconectividade e pela cultura da instantaneidade. Além do conteúdo empobrecido, o algoritmo das redes entrega um ambiente de constante comparação, mantém o cérebro em estado de alerta e gera pressão emocional contínua. Ficamos cada vez mais ignorantes e mais deprimidos.

É o mesmo mecanismo que amplifica o viés da confirmação, alimenta a tendência de se buscar, interpretar e lembrar informações que reforcem crenças preexistentes, o que levanta barreiras intransponíveis entre grupos.

Ainda que a divisão política não seja nova, o aumento da procura e do uso da palavra polarização reflete que a fragmentação da sociedade não dá sinais de cansaço: tem se consolidado como o nosso normal, enquanto afundamos em memes.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2024 – PÁG. A4

Desigualdade nutricional impõe barreiras à mobilidade social

Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE poderá oferecer subsídios valiosos para políticas que garantam acesso à alimentação adequada

O IBGE começou a ir a campo em novembro para realizar a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2024-25, uma iniciativa essencial para mapear os hábitos de consumo e as condições de vida dos brasileiros.

Importante enfatizar que a POF fornece uma visão ampla, que abrange desde o custo de vida e a composição do consumo familiar até o perfil nutricional das famílias em diferentes faixas de renda. São dados cruciais para orientar políticas públicas que buscam reduzir desigualdades sociais e melhorar as condições de vida e saúde da população.



Na última edição, realizada em 2017-18, os dados revelaram um preocupante cenário de desigualdade nutricional, detalhados posteriormente pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) a partir de um recorte de famílias com jovens de 10 a 17 anos. A pesquisa aplicada aponta que, entre as 20% mais pobres, 27% da renda familiar são destinados à alimentação, com um gasto médio de R\$ 108,1 por pessoa ao



CLIPPING

DATA
11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
7 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

mês, direcionado principalmente a itens básicos, como arroz e feijão. Em contraste, as 20% mais ricas comprometem apenas 10,6% da renda com alimentação, mas gastam, em média, R\$ 379,3 por pessoa.

Constata-se que, com frequência, os mais pobres têm dificuldade em garantir uma dieta adequada, enquanto os mais ricos acessam uma variedade maior de alimentos, embora envolva um consumo relativamente maior de ultraprocessados.

São dados especialmente relevantes quando se avalia o impacto da alimentação no desenvolvimento físico e cognitivo de crianças e adolescentes, influenciando diretamente a formação de capital humano. A divisão no acesso e na qualidade dos alimentos impõe barreiras à mobilidade social e limita o potencial produtivo do país.

Outros indicadores analisados reforçam esse argumento: os jovens mais pobres consomem, em média, 1.705 calorias, enquanto os 20% mais ricos chegam a 1.922 calorias diárias. Além disso, a análise indica que jovens de famílias mais pobres têm uma probabilidade maior de consumir uma quantidade de calorias ínfimas: 22% consomem menos de 1.200 calorias diárias, reforçando o impacto negativo da pobreza na alimentação. Em contraste, as demais faixas de renda não apresentam associação significativa com a privação calórica, o que sublinha a vulnerabilidade dos economicamente desfavorecidos.

Esse déficit calórico entre os mais pobres também aparece em outros indicadores: 56,6% dos jovens entre os 20% mais pobres vivem em lares onde há preocupações constantes com a alimentação devido à falta de recursos.

O estudo ainda mostra que a alimentação adequada também depende de fatores como localização, gênero e estrutura familiar. Jovens do sexo feminino apresentam maior risco de privação calórica, enquanto famílias com apenas um adulto com renda enfrentam maior vulnerabilidade. A presença de mais crianças em uma família eleva a probabilidade de privação calórica. E mais. Nas áreas rurais ou nas regiões Norte e Nordeste, intensificam-se as barreiras ao acesso a uma alimentação regular e adequada.

Os dados apresentados evidenciam a necessidade de políticas públicas que reduzam o custo da alimentação saudável, especialmente para famílias e regiões vulneráveis, e de programas de educação nutricional que promovam, efetivamente, a consciência alimentar. A nova edição da POF 2024-25 permitirá a atualização e o aprofundamento desses indicadores, oferecendo subsídios valiosos para políticas que possam romper o ciclo da desigualdade nutricional e garantir aos jovens brasileiros acesso à alimentação adequada e melhores oportunidades para desenvolver plenamente seu potencial.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2024 – PÁG. A6

Lula evolui bem após cirurgia; médicos descartam lesão no cérebro e preveem alta em 1 semana

Presidente deve ficar dois dias na UTI, mas ministro descarta afastamento por ora

*Arthur Guimarães
Victória Cocolo*

O presidente Lula (PT), 79, teve que ser submetido a uma cirurgia às pressas após a constatação de uma hemorragia intracraniana. Segundo os médicos que o atenderam, o procedimento foi bem-sucedido, e o petista conversa normalmente e não deve ter sequelas.

Apesar de ele estar na UTI (unidade de terapia intensiva), não há previsão de afastamento formal da Presidência da República.

A hemorragia de Lula decorreu de hematoma formado após quase dois meses de uma queda no Palácio da Alvorada, em 19 de outubro.

O presidente Lula em recente viagem ao Uruguai

Na ocasião, Lula caiu de um banco ao cortar as unhas, segundo seu relato, e teve que receber pontos na nuca. Desde então, tem feito exames periódicos de acompanhamento.

Em entrevista coletiva para detalhar o quadro do presidente nesta terça-feira, a equipe médica do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, afirmou que Lula não tem nenhuma lesão cerebral em decorrência do acidente e da hemorragia.



"Ele não tem comprometimento cerebral. Lesão é zero", disse o cardiologista Roberto Kalil, médico do petista.

Além dele, participaram da entrevista o neurocirurgião Marcos Stavale, a infectologista Ana Helena Germoglio, que é coordenadora-geral da equipe de Saúde da Presidência, o neurologista Rogério Tuma e o neurocirurgião Mauro Suzuki.

Segundo eles, Lula chegou lúcido e orientado ao hospital após sentir mal-estar e náuseas e apresentar sintomas similares aos de uma gripe.

Ainda de acordo com a equipe médica, foi constatado um hematoma de três centímetros, localizado entre o cérebro e uma das três membranas (ou meninges) que o envolvem.



CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Para tratar o problema, foi realizado um procedimento chamado trepanação, que consiste na remoção de um coágulo por meio de um dreno colocado em um orifício aberto no crânio do paciente.

Lula terá de ficar de um a três dias com o dreno, segundo os médicos, e deve permanecer mais 48 horas na UTI por precaução, afirmou Kalil. "Como eu disse, ele está bem, se alimentando, consciente, está normal."

Ainda de acordo com a equipe médica, se tudo correr bem, o petista deve receber alta no início da semana, quando poderá retornar a Brasília no começo da semana e voltar a trabalhar, começando devagar. A definição sobre isso, no entanto, dependerá de avaliação de seu estado de saúde.

Segundo Stavale, o presidente seguirá a vida com normalidade após a internação. "Não é que ele vai ficar a cada semana fazendo tomografia", completou Kalil.

Ainda de acordo com a equipe que o atendeu, a complicação sofrida por Lula é comum após quedas como a de outubro e ainda mais frequente no caso de pessoas mais velhas.

A cirurgia de emergência foi realizada após o petista reclamar de dores na cabeça e sonolência ao longo da segunda-feira (9) em conversas com ministros, de acordo com relato de dois deles.

Ele se mostrava inquieto e ausente, além de apresentar vermelhidão nos olhos durante reunião com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), segundo um dos participantes do encontro.

Às 18h, Lula deixou a reunião, que tratava do pagamento das emendas parlamentares, sem se queixar de dores nem mencionar seu mal-estar. Chamou seu chefe de gabinete, Marco Aurélio Santana Ribeiro, também conhecido como Marcola, e foi para a unidade do Hospital Sírio-Libanês em Brasília.

Cirurgia de Lula

A intenção original era que ele fosse submetido a exames só na manhã desta terça. Consultado, Kalil teria resolvido antecipá-los. Após o resultado, o presidente foi transferido em um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para São Paulo.

O boletim médico com a notícia do desfecho da cirurgia foi divulgado na madrugada desta terça. Segundo o cardiologista, ao acordar, o presidente fez perguntas comuns a um paciente que acabou de passar por um procedimento do tipo.

Apesar de Lula estar na UTI, não há até o momento previsão de afastamento formal do presidente do cargo, segundo os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Comunicação Social).

"Hoje a orientação médica sugere que não trate temas relacionados ao governo, reforçar repouso, mas uma dúvida que tinha também de qualquer tipo de afastamento, não tem, do ponto de vista médico, qualquer orientação para afastamento das atividades enquanto presidente da República", afirmou Padilha.



CLIPPING

DATA
11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A Folha questionou o Palácio do Planalto sobre a possibilidade de o presidente se afastar do cargo formalmente, mas não houve resposta até às 19h desta terça.

"Num primeiro momento, nós estamos trabalhando, inclusive, que não vai haver necessidade do afastamento formal do presidente", afirmou Pimenta à rádio Gaúcha. "As agendas de hoje estão mantidas, vão ser realizadas pelo vice-presidente."

Geraldo Alckmin (PSB) estava em São Paulo e voltou a Brasília às pressas na manhã desta terça para representar Lula na visita oficial do primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico.

A postura é similar à adotada quando o petista operou o quadril e as pálpebras, no ano passado, quando se avaliou que não havia necessidade de um afastamento.

As declarações de Pimenta foram feitas após o ministro fazer uma live no seu Instagram para tratar do tema. Ele está com o cargo sob risco depois de receber crítica pública de Lula por supostos problemas na comunicação do governo.

Pimenta afirmou ainda que se articularia com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), ao longo desta terça, para ver qual deles poderia ir a São Paulo acompanhar mais de perto o desenrolar do quadro de saúde de Lula.

Por ora, apenas a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, acompanha Lula, e não estão permitidas visitas, de acordo com Kalil.

No início da tarde, Janja afirmou em rede social que, após a cirurgia, "a angústia dessa noite deu espaço para a tranquilidade" e para a certeza de que, em breve, Lula estará de volta ao trabalho.

O acidente

Lula descreveu a queda no banheiro em uma entrevista à RedeTV! no início de novembro como uma "batida muito forte" e disse que ele achou que "tinha rachado o cérebro".

"Eu caí de onde eu nunca deveria ter caído. Veja, eu cheguei 16h30 no sábado, em casa, vindo de São Paulo e eu sentei para cortar a minha unha, cortei minha unha, lixei minha unha, sentado num banquinho que eu sempre sentei. E atrás do banco que estava sentado tem o espelho, as gavetas onde guardam as coisas e uma hidromassagem, grande, de 1,5 metro de altura. Eu estava sentado", descreveu.

"Quando eu fui guardar o estojo, ao invés de mexer com o banco, eu mexi só com o corpo. O dado concreto é o seguinte: que não teve mais espaço e aí a minha bunda não levantou. Então eu caí e bati com a cabeça. Foi uma batida muito forte, saiu muito sangue, eu achei que tinha rachado o cérebro, rachado o casco."

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2024 – PÁG. A9

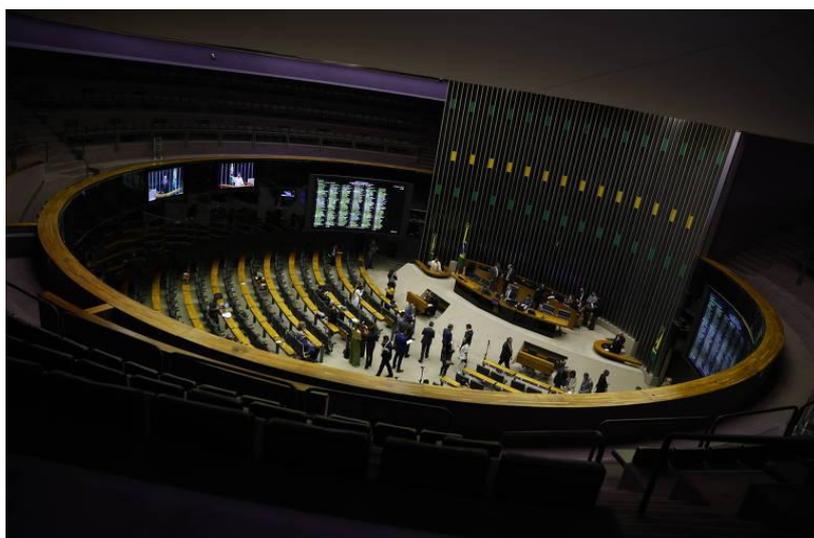
Governo publica portaria sobre emendas para atender Congresso após decisão do STF

Parlamentares temem que não haja tempo suficiente para pagar verba bloqueada desde agosto

O governo Lula (PT) editou uma portaria nesta terça-feira (10) para retomar o pagamento das emendas parlamentares, após cinco meses de crise entre os Poderes e ameaças do Congresso de empedir o pacote de corte de gastos do Executivo.

As novas regras foram publicadas sob a justificativa de adequar as normas à recente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o tema, mas o texto pode abrir brechas para dribles de congressistas à transparência das emendas.

Parlamentares afirmaram à Folha, sob reserva, haver temor de que as novas regras inviabilizem o pagamento das emendas parlamentares até o fim do ano. Lideranças partidárias ameaçam atrasar a votação do pacote de corte de gastos do governo como retaliação às mudanças nas emendas.



A liderança do governo no Congresso estima que a portaria deve liberar R\$ 6,4 bilhões em emendas de bancada e de comissões. O valor pode ser ainda maior com a retomada do pagamento das emendas individuais e a modalidade "Pix".

O texto publicado pelo governo Lula permite que as emendas de comissão sejam pagas quando qualquer parlamentar se identificar como solicitante da destinação do dinheiro, inclusive os líderes partidários.

A identificação dos patrocinadores das emendas de comissão, que são aprovadas de forma conjunta, é uma exigência do Supremo para o desbloqueio do dinheiro. Neste ano, o Congresso destinou R\$ 15,5 bilhões para esse tipo de verba.

O trecho pode abrir brecha para que parlamentares que não sejam os reais patrocinadores de determinada emenda possam se dizer responsáveis pelo dinheiro —e, assim, garantir a liberação dos recursos antes de 31 de dezembro.

Essa foi uma sugestão discutida entre lideranças do Congresso, nos bastidores, em agosto. Na decisão da última semana, o ministro Flávio Dino, do STF, ressaltou que não será aceito um líder partidário se dizer responsável pela emenda de colegas.



CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

"Afinal, constituiria uma incompatibilidade constitucional e semântica que a 'emenda de comissão' fosse transformada em 'emenda de líder partidário'", diz Dino na decisão.

O ministro afirma, no voto, que a "identificação nominal do(s) parlamentar(es) solicitante(s)" era um requisito para o desbloqueio dos recursos. "Se houver identificação e publicação da origem e do destino das emendas, no tocante ao ano de 2024 e anteriores, a execução é possível, cabendo ao Poder Executivo as providências pertinentes." Outro trecho que foi incluído na portaria do governo define que as emendas "Pix" para a área de saúde empenhadas até o dia da decisão do STF, em 3 de dezembro, não devem se submeter às novas regras estipuladas pelo Supremo. Dino definiu que as emendas para a área de saúde só serão liberadas caso atendam às orientações e critérios técnicos definidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e fixados pelas Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite.

"O cumprimento deste requisito deve ser aferido pelo gestor federal previamente à liberação do recurso, e o seu descumprimento caracteriza impedimento de ordem técnica à execução", diz a decisão de Dino. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que não leu a portaria publicada pelo governo. Ele criticou a decisão do Supremo de definir novas regras para as emendas que não estavam previstas na lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula.

"Nós temos uma lei aprovada que não foi declarada inconstitucional, sancionada pelo Executivo, com a decisão do ministro um pouco diferente do que foi aprovado. Então, esse é o dilema. A portaria, se não veio para resolver isso, não tem valor", disse.

A portaria é assinada pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). O texto define uma série de regras para a liberação das emendas sob a justificativa de adequar as normas do governo federal às exigências impostas pelo Supremo.

Com a portaria, as emendas "Pix" podem voltar a ser executadas. Os beneficiários dos recursos devem enviar até 31 de dezembro um plano de trabalho com detalhes sobre como o dinheiro será usado. O Supremo havia definido um prazo de 60 dias para a apresentação desse documento. O governo decidiu encurtar o prazo até o fim do mês, e deverá apresentar no início de fevereiro de 2025 um parecer sobre os planos de trabalho.

Já as emendas de comissões e os restos a pagar das emendas de relator serão liberadas por cada ministério à medida que os parlamentares solicitantes dos recursos sejam identificados. O governo ainda definiu, seguindo as exigências do STF, que as ONGs beneficiárias dos recursos precisam dar transparência em seus sites sobre o uso do dinheiro das emendas parlamentares desde 2020 antes de receber novos recursos.

No Senado, há o incômodo não só pelo congelamento do dinheiro, em si, mas também pelo tom das decisões de Dino. Na avaliação de um cardeal do Senado, o ministro do Supremo deixa no ar que há corrupção no uso do dinheiro e coloca todos os congressistas em uma "vala comum".

Senadores também veem com desconfiança a promessa do governo de liberar os recursos represados até o fim do ano. Mesmo com as portarias que devem facilitar o repasse do dinheiro, a avaliação predominante é de que não há mais tempo hábil para pagar, de fato, o que já foi indicado.



CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou nesta terça que o governo fará "o possível e o impossível" para honrar com todos os pagamentos até o fim do ano. Randolfe também disse entender que a decisão de Dino desta segunda causou "problema com a manchete e incompreensão do conteúdo".

"A norma executória para dar força à portaria explicitam e dão a tranquilidade necessária da execução dos termos da decisão de ontem [segunda] do ministro Flávio Dino", disse. "Este é o desafio que temos, garantir a execução [das emendas] até 31 de dezembro. Nós vamos trabalhar para isso." Uma minuta do texto da portaria circulou entre parlamentares na segunda-feira (9). Lula recebeu no Palácio do Planalto os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira, para garantir sua intenção de pagar as emendas e pedir esforço na votação do pacote de gastos neste ano.

O documento final publicado nesta terça ficou mais enxuto em relação à versão anterior. Um trecho que detalhava regras sobre a prestação de contas de ONGs beneficiárias foi retirado, mantendo apenas a determinação expressa na decisão de Dino de transparência em site da internet.

Além disso, saíram outros dispositivos que poderiam ficar redundantes com a decisão do magistrado. Havia um artigo, por exemplo, que determinava a suspensão de novas transferências e apuração de responsabilidade civil e criminal, em caso de as regras não serem respeitadas. Apesar de isso já constar na determinação do STF, a portaria do governo não fala em responsabilização civil e criminal.

Também se falava, inicialmente, que o ciclo completo da fiscalização e aprovação das contas de emendas ficaria sob a alçada do TCU (Tribunal de Contas da União) —o que também já constava na decisão de Dino.

Na noite de segunda-feira (9), o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, rebateu parlamentares e disse que a decisão de Flávio Dino sobre emendas segue integralmente o acordo fechado entre os três Poderes em agosto.

"Em relação à questão do Orçamento, eu mesmo organizei uma reunião no meu gabinete e estou convencido de que a decisão do ministro Flávio Dino está de acordo com o que foi acordado", disse Barroso a jornalistas. Ele se referia à reunião entre os Poderes ocorrida em 20 de agosto. Para atenuar a crise após o bloqueio das emendas parlamentares, representantes do Congresso, governo e os ministros do Supremo fecharam um acordo sobre "critérios de transparência, rastreabilidade e correção".

"[A corte] interveio para dizer que precisa de rastreabilidade, definição de programa, controle. Mas o montante é questão política. Não é papel do Supremo definir quanto vai ser o montante", completou.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.12.2024 – PÁG. 02

52% aprovam trabalho de Lula e 47% reprovam, diz Quaest

Em relação à pesquisa divulgada em 2 de outubro, a aprovação do trabalho do presidente oscilou um ponto percentual para cima, pois antes era 51%

Aline Gouveia



O trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é aprovado por um pouco mais da metade dos eleitores brasileiros. Segundo pesquisa realizada pela Quaest, divulgada nesta quarta-feira (11/12), a gestão do petista é aprovada por 52% e reprovada por 47%.

Outros 1% dos entrevistados não sabem ou não responderam. A margem de erro do levantamento dezembro é de 1 ponto percentual para mais ou para menos.

Em relação à pesquisa divulgada em 2 de outubro, a aprovação do trabalho do presidente oscilou um ponto percentual para cima, pois antes era 51%, enquanto a reprovação oscilou dois pontos (era 45%).

O trabalho de Lula tem maior aprovação na região Nordeste, com 67% e 32% reprovação. No Sudeste, 53% reprovam o presidente e 44% aprovam. No Centro-Oeste e no Norte, a reprovação chegou a 50% e a aprovação marcou 48%. No Sul, a desaprovação de Lula é de 52% e a aprovação é de 46%.

Entre as mulheres, Lula é aprovado por 54% e reprovado por 44%. Já entre os homens, o presidente tem 49% de aprovação e reprovação de 50%. Além disso, Lula é aprovado por 63% dos eleitores entrevistados que têm renda familiar de até dois salários mínimos e reprovado por 34%.

Entre os que recebem mais de cinco salários mínimos, a reprovação é de 59% e a aprovação, 39%. No eleitorado católico, a aprovação do presidente é de 56% e a reprovação é de 42%. Entre os evangélicos, a reprovação é de 56% e a aprovação é de 42%.

"A estabilidade nos números revela a baixa capacidade do governo em comunicar seus principais resultados econômicos. O pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro Haddad, por exemplo, só ficou conhecido por 38% dos entrevistados", pontua Felipe.

A isenção do Imposto de Renda para quem ganha acima de 5 mil também não conseguiu atingir a maioria da população. Apenas 43% dizem que já sabiam da medida quando responderam a pesquisa. "Isso sugere que os resultados de aprovação do governo podem se mover positivamente no futuro quando a medida se tornar real, já que a isenção do IR é aprovada por 75% dos brasileiros", avalia o diretor.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.12.2024 – PÁG. 06

Governo e Caiado não se entendem sobre PEC da segurança

Ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, considera que proposta à Constituição segue rumo à convergência das unidades da Federação. Governador de Goiás, porém, não endossa texto e afirma que apresentará alternativa

*Vanilson Oliveira
Fabio Grecchi*

O ministro da Justiça Ricardo Lewandowski afirmou, ontem, na 16ª Reunião do Fórum Nacional de Governadores, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre segurança pública caminha para um consenso. Isso contrasta com a posição do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que anunciou a apresentação de um texto alternativo ao do governo federal — considera o do Executivo um "retrocesso", que tem por objetivo criar uma "relação de subordinação" de estados e municípios ao Palácio do Planalto. Ele afirmou, ainda, que trabalhará no Congresso para derrubar a PEC elaborada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Porém, para Lewandowski, "existe, hoje, uma ampla concordância de que precisamos revisitar e modernizar a segurança pública, que não é revista de forma estrutural há 36 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988. A PEC é uma realidade e reflete a necessidade de unificar ações para enfrentar esse fenômeno que vai além das fronteiras locais".

Só que Caiado foi na direção oposta à do ministro. E afirmou que não assinará a PEC. "O que o governo pretende é invasão de prerrogativa. É um absurdo que sejamos tutelados pelo ministro da Justiça e pelo governo federal, sendo que assumimos todos os gastos. Temos uma prerrogativa constitucional. É direito meu, como governador, tomar as decisões. Não posso admitir que venha Brasília dizer o que tenho de fazer na polícia. É inadmissível", disse o governador, à saída do Fórum.

auto skip

Apesar das críticas, o ministro diminuiu a importância da postura contrária de Caiado. "Há discrepância quanto aos detalhes, mas, do ponto de vista macro, a PEC é uma realidade. Essas ideias estão sendo examinadas com muita verticalidade e poderão ser levadas em conjunto para o Congresso", garantiu.

Um dos pontos centrais da proposta do governo federal, segundo Lewandowski, é a criação de fundos de segurança pública e penitenciário com recursos permanentes e protegidos contra contingenciamentos. "Todos os governadores reconheceram a importância de garantir uma base sólida e permanente para financiar a segurança pública e o sistema prisional", disse. O ministro também ressaltou que a distribuição



CLIPPING

DATA
11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

dessa verba entre unidades das Federação e municípios será discutida e garante a autonomia dos estados e do Distrito Federal.

"Estamos unificando ideias e coordenando ações de forma inédita. Isso é essencial para enfrentar os desafios da segurança pública no Brasil", salientou Lewandowski.

Capitã é morta em hospital no Rio

A capitã-médica da Marinha Gisele Mendes de Souza Mello, de 55 anos, morreu ontem depois de ser atingida por um tiro na cabeça dentro do Hospital Naval Marcílio Dias, em Lins da Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro. Ela foi vítima do confronto entre uma guarnição da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que fazia uma operação nas proximidades do hospital, e criminosos da Comunidade do Gambá.

Além de médica geriatra e capitã de Mar e Guerra, Gisele era superintendente de saúde do hospital. A militar foi socorrida pelos próprios colegas, passou por uma cirurgia, mas não resistiu.

De acordo com as informações da Marinha, Gisele participava de um evento no auditório da Escola de Saúde do hospital naval. A unidade fica no meio das favelas do complexo do Lins. Ainda conforme a Força, durante uma operação da UPP, um projétil de arma de fogo alcançou o interior de um dos prédios e atingiu a militar.

A morte da médica causou indignação. Segundo o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), o Marcílio Dias é referência em atendimentos, da baixa à alta complexidade, e lamentou que "uma unidade tão conceituada tenha sido palco de uma violência tão estarrecedora".

"O Conselho se solidariza com a médica, a família e os amigos que estão vivendo este momento terrível e pede às autoridades celeridade na apuração dos fatos, responsabilização dos culpados e um plano para evitar efeitos colaterais da violência urbana e de operações policiais realizadas nas proximidades de estabelecimentos de saúde", frisa nota do Cremerj. **(Com Agência Estado)**

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –11.12.2024– PÁG. 10

Visão do Correio: Pauta apertada e jogo de empurra

Com um prazo tão curto para o recesso parlamentar, beira o surrealismo que a prioridade do Congresso Nacional seja a barganha por mais dinheiro para suas bases



Oito dias úteis. Com o recesso parlamentar marcado para ter início no próximo dia 22, o Congresso Nacional trabalha, de fato, somente até o dia 20, uma sexta-feira. O tempo curto, no entanto, parece incompatível com o volume de pautas prioritárias na agenda do Legislativo, a maior parte delas ligada à economia.

Até o fim do ano, a Câmara e o Senado precisam avançar sobre o Orçamento para 2025, sobre a Reforma Tributária e diante do pacote de corte de gastos enviado pelo governo federal. Se o andamento da lista de tarefas cabe à vontade

dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, a pilha de compromissos tem como pano de fundo a má vontade dos congressistas com o governo após o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do ministro Flávio Dino, dificultar a liberação de emendas parlamentares.

O noticiário de ontem trouxe ainda mais incerteza sobre o cenário da reta final do ano, diante da condição de saúde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É evidente que, neste momento, a prioridade do chefe do Planalto é — e deve ser — a recuperação do hematoma cerebral que exigiu uma cirurgia de emergência. Ainda assim, em um momento de pressão do Congresso contra o Executivo, o governo precisa encontrar meios de superar a conturbada relação com deputados e senadores.

Das três pautas prioritárias, a votação do orçamento de 2025 é inadiável. No entanto, essa análise fica pendente diante das discussões acerca do corte de gastos — como ferramenta de controle da dívida pública a partir de uma economia prevista de cerca de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos — e da nova regulamentação tributária. Na prática, as duas últimas funcionam como condicionantes da primeira.

Com um prazo tão curto, beira o surrealismo que a prioridade do Congresso Nacional seja a barganha por mais dinheiro para suas bases. Como se constatou na última eleição, as emendas foram parte fundamental da manutenção no poder daqueles que já o ocupam. O alto índice de reeleição e a ampla vitória de partidos do chamado Centrão traduziram um cenário já esperado por analistas, mas, ainda assim, comprobatório do poder que essa parcela do orçamento tem para definir futuros políticos.

Cabe também o papel do governo nesta discussão. Em um país politicamente polarizado, é evidente que há dificuldades de articulação entre Executivo e Legislativo. No entanto, isso não exclui a necessidade de uma melhor interlocução entre as partes. A independência dos poderes, por exemplo, precisa ser respeitada. Nesse quesito, pouco ajuda que a decisão sobre o bloqueio das emendas tenha sido assinada justamente por Flávio Dino, que até outro dia ocupava o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Há também trunfos por parte do governo. Em operação realizada ontem, a Polícia Federal (PF) prendeu 15 pessoas na Bahia, em São Paulo e em Goiás, todas acusadas de integrar uma organização criminosa de fraudes licitatórias e desvio de dinheiro público. A quadrilha desviava recursos de emendas parlamentares e deve ser usada pelo Planalto para pressionar o Congresso junto à opinião pública.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –11.12.2024 – PÁG. E1

TJSP afasta condenação bilionária contra a Novonor

Decisão da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial reformou sentença que obrigava a empresa a indenizar a Braskem

Marcela Villar

A **Novonor**, antiga Odebrecht, reverteu no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) uma sentença desfavorável, que a condenava a indenizar em **R\$ 8 bilhões** a Braskem, sua controlada, por suposto abuso de poder de controle. Por maioria, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial entendeu que não houve prejuízo à petroquímica com os acordos fechados em razão da **Operação Lava-Jato**. O julgamento foi finalizado nesta terça-feira.



O processo chegou à Justiça em 2018, quando cotistas minoritários da Braskem, atuando como substitutos processuais, pediram reparação pelos prejuízos causados pela Odebrecht, como a influência no pagamento de propina e indicação de membros para o Conselho de Administração. Os acionistas são o economista Aurélio Valporto, presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), e o fundo de investimento Geração L. Par. Eles devem recorrer da decisão.

O dano, segundo eles, teria se originado com o pagamento da multa de US\$ 957 milhões (cerca de R\$ 5,7 bilhões) do acordo de leniência, assinado em 2016, nos Estados Unidos, pela Braskem, quando houve a confissão de crimes de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. Incluem na conta outros R\$ 513 milhões em propina pagos pela Braskem, a executivos da Petrobras e R\$ 10 milhões por um acordo que encerrou uma ação indenizatória ajuizada por minoritários nos Estados Unidos.

A Novonor alega nos autos que Valporto é um “litigante profissional” com “único intuito de abusar dos mecanismos legais de responsabilização de administradores e controladores” em benefício próprio. Diz que a Braskem, atuou sozinha e que a indenização prejudicaria a reestruturação do grupo Odebrecht.

Em uma sala lotada no 6º andar do Palácio da Justiça, na capital paulista, prevaleceu o voto do desembargador Grava Brazil. Apesar de ter concordado com o relator, Natan Zelinski de Arruda, em acatar o recurso da Novonor, eles divergiram quanto à fundamentação. Para Brazil, a Braskem, de fato cometeu



CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

crimes, mas não há dano a ser reparado à petroquímica. Para Zelinschi, não havia provas de que o crime teria ocorrido.

Foi levado em consideração que o acordo de leniência firmado entre a Braskem, e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em 2016, seria invalidado se a empresa recebesse a reparação. E que uma ação indenizatória desse tipo, baseada no artigo 246 da Lei das S/A, a nº 6404, de 1976, deve observar o interesse da companhia, não apenas dos acionistas minoritários.

A decisão do TJSP reformou sentença proferida em maio pelo juiz Eduardo Palma Pellegrinelli, da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem. Para Grava Brazil, a Braskem, cometeu atos ilícitos, confessados no acordo de leniência, mas não “há o que recompor a ela, porque prejuízo não houve”.

Pela interpretação teleológica do artigo 246 da Lei das S/A, disse, não se pode subverter o interesse social da companhia “para beneficiar apenas o acionista interessado no prêmio”.

Ele também viu como necessário ser aprovado em assembleia de acionistas a propositura de uma ação dessa contra o controlador. Citou precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em uma ação da JBS, mas ficou vencido neste ponto. Os outros desembargadores não viram necessidade de adotar o requisito — que vale, segundo a lei, apenas para ações contra administradores e não controladores.

O desembargador Jorge Tosta, seguiu o entendimento de Grava Brazil. Para ele, é preciso levar em conta que Valporto adquiriu “um número inexpressivo de ações”, em torno de R\$ 5 mil, após a corrupção se tornar pública. E que isso, na visão dele, é “imoral”, apesar da Lei das S/A não proibir e já ter sido confirmada a legitimidade de Valporto em outro julgamento. “Não consigo imaginar como alguém se diz vítima de um dano após o dano ter ocorrido”, disse, durante a sessão.

Divergiu apenas o desembargador Maurício Pessoa, que votou para manter a sentença favorável aos minoritários. Na visão dele, “as provas revelam um cenário complexo de abuso de poder de controle”, disse (processo nº 1097498-46.2018.8.26.0100).

Para o advogado da Odebrecht no caso, Eduardo Munhoz, do E. Munhoz Advogados, é um precedente relevante pois reconhece que uma ação de indenização movida após o fato ter ocorrido “não atende o interesse social”, além de a representação do acionista ser inexpressiva. “Não houve dano. A Braskem, teve acréscimo patrimonial e ganhou dinheiro com os ilícitos. Se a Odebrecht fosse condenada a indenizar, seria como se entregasse ao dono o produto do crime.”

Na visão de Munhoz, o entendimento do tribunal “ensina o Brasil a lidar de maneira adequada” com esse tipo e ação e traz como baliza que o investidor “precisa ser vítima e não um aventureiro”. “São medidas abusivas sem fundamento e que, no final, pode causar prejuízo à empresa.”

O advogado Ivo Waisberg, do TWK Advogados, que representa Valporto no caso, entrará com recurso. Um ponto positivo, apesar da derrota, afirmou, é que existe maioria que reconhece os atos ilícitos cometidos pela Braskem, o que pode ajudar no STJ. “Temos chance de reverter ainda, porque não é uma questão de fato, mas de interpretação do direito”, disse.

O especialista em direito societário Ítalo Martins, do Mannheimer, Perez e Lyra Advogados e presidente do Center for M&A Studies, think tank sobre fusões e aquisições, entende que a decisão foi positiva, por evitar que minoritários “oportunistas” ingressem com ações. “É importante para o Brasil não correr o risco de criar uma indústria de litígio por minoritários que tem nos Estados Unidos”, diz.

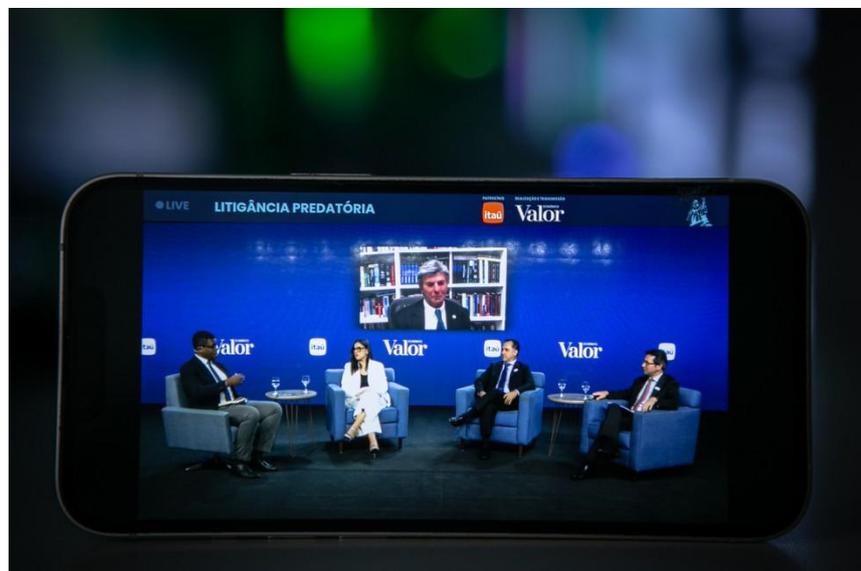
Segundo ele, na maioria dos casos, é difícil provar o abuso de poder do controlador. “É difícil a reparação da companhia, mas nem por isso tem que se fingir que havia dano, só para proteger o interesse dos minoritários”, acrescenta. Nesse processo, não ficou provado o dano, pois a Braskem, foi beneficiada com o pagamento de propinas.

Procurada pelo Valor, a Braskem, não quis se manifestar.

Soluções extrajudiciais são caminho para inibir a litigância predatória

Na plataforma consumidor.gov, reclamações sobre crédito consignado caíram de 110 mil para 42 mil, de 2019 a 2023

Luiza Calegari



A busca pela **conciliação** entre clientes e companhias para a resolução de problemas decorrentes de falhas na prestação de serviços deve ser considerada prioridade, se o objetivo é reduzir o volume de novos processos judiciais e coibir a prática da litigância predatória. Esse foi o consenso entre os debatedores da live sobre "**Litigância predatória**", promovida pelo **Valor** e transmitida esta manhã.

Segundo o ministro **Luiz Fux**, do Supremo Tribunal Federal (STF), um dos participantes, "talvez a melhor forma de evitar a judicialização

predatória seja, efetivamente, o aprimoramento da conciliação extrajudicial".

Diante de representantes da advocacia e do mercado, o ministro defendeu a análise econômica do Direito, que aponta que o aumento das custas e do custo global de entrar com um processo também pode reduzir a litigância. Por outro lado, ele ressaltou que os direitos dos mais vulneráveis, que atuam pela justiça gratuita, deve ser preservado.



CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Dados apresentados pelos representantes do setor de serviços ajudam a dimensionar o problema. Bruno Bartijotto, diretor jurídico da Latam e suplente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (**Abear**) afirmou que, hoje, cerca de **20% das ações** contra empresas aéreas no Estado de São Paulo têm caráter predatório. Ele explicou que existem cerca de **40 aplicativos** que trabalham com a compra da cessão de um crédito futuro após alguma falha da prestação de serviço da empresa, e que são responsáveis por essa fatia da demanda judicial.

Dados divulgados pela Abear em setembro também apontam que, desde o ano de 2020, o volume geral de ações contra essas empresas vem aumentando no ritmo de 60% ao ano.

No setor bancário, os problemas são diferentes. Vicente De Chiara, diretor-executivo de assuntos jurídicos da **Febraban**, apresentou o recorte de um dos setores mais demandados nas ações contra bancos no país, o crédito consignado. Um levantamento da Febraban, feito com oito instituições financeiras, mostrou que as fraudes nesse setor caíram de 0,74% do total da oferta em **2019** para 0,03% em **2023**.

Na plataforma **consumidor.gov**, um dos canais de conciliação disponibilizados pelo poder público, as reclamações sobre o assunto **caíram de 110 mil para 42 mil** no mesmo período. "Mas, na outra ponta, o volume de ações subiu", afirma De Chiara.

Parte do problema, apontou De Chiara, é a captação indevida de uma grande quantidade de clientes por um pequeno grupo de advogados, que abordam pessoas vulneráveis dizendo que elas têm "créditos a receber", conseguem procurações, e interpõem demandas indevidas na Justiça. "O estoque desse tipo de processo não é pequeno, são **300 mil ações**".

Segundo De Chiara, nesses casos, após audiências preliminares, o ganho de causa é dado aos bancos em 90% dos processos, principalmente porque os litigantes não reconhecem o advogado ou a demanda apresentada.

Falando pela advocacia, a vice-presidente eleita da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-SP**), Daniela Marchi Magalhães, que assume o cargo na entidade na gestão de 2025 a 2027, apontou a necessidade de diferenciar a **litigância de massa**, que é legítima, daquela que é efetivamente predatória. Ela destacou a atuação dos Tribunais de Ética e Disciplina (TEDs) da OAB, que recebem as denúncias contra esse tipo de prática e adotam sanções contra os profissionais. "A gente só não pode punir se não tiver elementos, precisamos receber os dados do Judiciário", ressaltou.

Ela disse ainda que a OAB-SP autoriza o ingresso de **11 ações mensais**, em média, contra empresas de tecnologia que não são escritórios de advocacia, mas têm como negócio a cessão de crédito. Daniela lembra, no entanto, que a prática da cessão de créditos não é ilegal, por si mesma. "O problema, nesse caso, é normativo, e é preciso aprimorar a legislação", defendeu.

Em todas essas frentes, a opção pela alternativa extrajudicial parece ser o melhor caminho para redução dos litígios, segundo os debatedores. De acordo com Bruno Bartijotto, na Latam, 70% dos clientes que ingressaram com ação judicial não tentaram resolver a questão por meio dos canais internos da empresa ou nas plataformas de conciliação antes de partir para a via judicial. "Nós temos oportunidades gigantescas de reunir todos esses esforços e seguir em frente de maneira construtiva", disse.

Já Daniela apontou que o aumento de custas não garantiria uma redução da litigiosidade, conforme sugere a corrente de análise econômica. "Estou absolutamente crente e confio que a única solução possível é trabalhar em conjunto, com transparência de dados, com inteligência coletiva, e não há outro caminho que não seja incentivando, investindo muito nos meios de solução de conflitos extrajudiciais", afirmou.

De Chiara, da Febraban, destacou a tese de que o dano moral precisa ser arbitrado levando em consideração também a boa vontade da parte em resolver o problema de forma consensual antes de acionar a Justiça. Segundo ele, o pagamento de dano material é devido se houve falha na prestação de serviços, mas o dano moral deveria levar em consideração a iniciativa do consumidor. "É um incentivo para que os canais administrativos sejam procurados para solução do problema", defendeu.

Fux ainda sugeriu que as empresas façam a identificação de questões anormais que podem levar ao litígio e atuem na prevenção. "A responsabilidade civil visa minimizar o prejuízo do lesado, então a empresa pode chamar o cliente para que sentem antes da propositura de uma ação judicial, porque a conciliação é o melhor meio, na medida que otimiza o relacionamento social", refletiu o ministro.

A mediação foi feita pelo jornalista do **Valor** Marcello Correa e a transmissão foi feita pelo YouTube, onde é possível assistir o debate.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.12.2024 – PÁG. E2

Manutenção da dispensa imotivada no Brasil

O enrijecimento excessivo de normas trabalhistas, mesmo com motivação de tutela de direitos, por vezes tem o efeito perverso de desestimular o emprego formal e o investimento no país

Leticia Ribeiro e Carolina Fay

Em 22 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1625, relativa à denúncia da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção é uma norma internacional com procedimentos para a rescisão de contratos de trabalho. Entre outras disposições, a convenção proíbe a dispensa imotivada, atualmente permitida pela legislação brasileira.

Embora a Convenção 158 tenha sido ratificada pelo Brasil em 1992, em 1996 o então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou a norma por meio do Decreto nº 2.100/96, declarando que ela não seria aplicável no país. Desde então, há um debate jurídico sobre a validade dessa denúncia e os impactos trabalhistas caso ela fosse anulada.

Segundo a Constituição Federal (artigo 49, I), o





CLIPPING

DATA

11.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Congresso Nacional deve validar a incorporação de tratados internacionais à legislação local. Não estabelece expressamente, no entanto, a obrigação de envolvimento do Congresso na denúncia de tais atos pelo presidente da República. Ou seja, há orientação sobre a forma de ingresso de normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, mas não sobre sua retirada.

No julgamento recente, o Supremo firmou seu entendimento de que o Congresso Nacional também deve aprovar denúncias de tratados internacionais, seguindo o mesmo procedimento necessário para sua aplicação no Brasil, mas preservou os efeitos da denúncia feita em 1996. A decisão parece ser, realmente, a mais adequada para a segurança jurídica dos atos praticados no passado e que venham a ser praticados no futuro. O entendimento externado agora pelo STF evita sobreposição entre os poderes Executivo e Legislativo, coibindo eventuais condutas autoritárias, especialmente ao tratar de normas internacionais.

Por mais de duas décadas houve grande preocupação sobre as implicações que o resultado desse julgamento poderia trazer para as dispensas sem justa causa realizadas desde 1996. Atentos a isso, o entendimento unânime dos ministros foi no sentido de que os efeitos da denúncia à Convenção 158 da OIT devem ser preservados, assim como das denúncias unilaterais anteriores. Foi determinada, porém, a necessidade de adequação do procedimento para o futuro.

Com esse posicionamento, mantém-se no Brasil a possibilidade de se dispensar empregados sem justa causa, seguindo as regras atuais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enquanto não houver manifestação diversa por parte do Legislativo.

Em países como França, Portugal e Espanha, onde a Convenção 158 da OIT foi ratificada, o empregador precisa justificar, de maneira específica e concreta, a razão para encerramento do contrato de trabalho. Apesar de tal prática ser vista como uma medida de proteção ao emprego, o tipo de justificativa exigido para a dispensa nesses outros países não se equipara às hipóteses de justa causa do Brasil. Questões de natureza econômica ou mesmo problemas no desempenho do empregado podem ser razões válidas para a dispensa. Já a rescisão motivada brasileira, de aplicação mais restritiva, exige falta gravíssima do trabalhador.

O fato de no Brasil não se exigir a comprovação de uma justificativa para rescindir imotivadamente o contrato de trabalho não significa que ela não exista e tenha sido considerada pelo empregador, baseada em elementos objetivos. Se há maior liberdade para que o empregador não tenha que especificar a causa que motivou a rescisão, há, de outro lado, a exigência do pagamento de verbas como a multa fundiária e o levantamento pelo empregado do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A experiência internacional também mostra que a necessidade de motivação para a dispensa do empregado não garante, na prática, proteção mais efetiva ao emprego. Após anos da ratificação da Convenção 158 da OIT pela Espanha, o país passou por uma reforma trabalhista que flexibilizou as formas de contratação de empregados. Além disso, se compararmos a taxa de desemprego do 2º trimestre de 2024, a Espanha atingiu 11,27%, enquanto a taxa no Brasil era de 6,9%, segundo o IBGE.

Também é preciso considerar os reflexos, a curto e longo prazos, do aumento de exigências para empregadores no Brasil, já sujeitos hoje a um código trabalhista com quase mil artigos e vasta legislação adicional. Não há dúvida que a necessidade de justificativa de cada dispensa aumentaria a burocracia para as empresas. E o debate sobre a justificativa apresentada em cada rescisão também tenderia a aumentar o

número de litígios, agravando a situação atual em que já tramitam aproximadamente 5,5 milhões de ações trabalhistas no Brasil, de acordo com o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A criação de um fator adicional com o potencial de sobrecarregar ainda mais a Justiça do Trabalho não parece razoável ou recomendável.

Ao determinar a validade do decreto presidencial que denunciou a Convenção 158 da OIT, a decisão do Supremo conferiu maior segurança jurídica a esse tema e prestigiou, ainda que indiretamente, a livre iniciativa com a manutenção do poder diretivo dos empregadores. Reforçar a autonomia das empresas brasileiras na gestão de seus próprios negócios permite a busca por maior competitividade, inclusive globalmente. O enrijecimento excessivo de normas trabalhistas, mesmo com motivação de tutela de direitos, por vezes tem o efeito perverso de desestimular o emprego formal e o investimento no país.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia do Engenheiro - 11 de dezembro



O **Dia do Engenheiro** é comemorado anualmente em 11 de dezembro, no Brasil.

A data homenageia os profissionais da Engenharia, uma área de exatas que abrange vários tipos, de acordo com as suas especialidades (engenharia civil, engenharia agrônoma, engenharia da computação, engenharia elétrica, engenharia química, apenas para citar algumas).

Origem do Dia do Engenheiro

O Dia do Engenheiro surgiu a partir do Decreto de Lei nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamenta e oficializa as profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor no Brasil.

Além disso, o decreto criou o sistema Confea/Crea para fiscalizar e orientar o exercício da profissão no governo de Getúlio Vargas. O Crea – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia atua em cada estado e a nível nacional está o Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.